

Avanços e Recuos da Pena Capital

Judy Klass

A pena de morte existe em 38 estados americanos e é aplicada sobretudo no Sul. É um sistema racista, complicado e com falhas, mas com George W. Bush não se espera uma reforma do sistema nacional. As batalhas vão continuar a ser travadas a nível estatal.

Nos Estados Unidos as leis variam muito de estado para estado e a pena capital não é legal em todas as partes do país. Actualmente os prisioneiros podem ser condenados à morte em 38 estados. Doze estados não têm pena de morte: Alasca, Hawai, Iowa, Maine, Massachusetts, Michigan, Minnesota, Dakota do Norte, Rhode Island, Vermont, Virginia Ocidental e Wisconsin. O Distrito de Columbia (Washington D.C.) não tem pena de morte, embora o Governo Federal a aplique, tal como as Forças Armadas.

Porque é que alguns estados consideram que é moralmente correcto executar prisioneiros e outros não? Algumas respostas podem ser encontradas nas histórias dos vários estados, quando estes eram colónias e territórios, embora essas histórias não nos forneçam um quadro completo.

Rhode Island e Pennsylvania foram fundados pelos livres-pensadores progressistas Roger Williams e William Penn. Ambos tinham sido perseguidos em 1630 por defenderem a tolerância religiosa, em Massachusetts e em Inglaterra, respectivamente. Os dois homens criaram as suas colónias como paraísos da liberdade religiosa, atraindo Quakers, Anabatistas, Judeus, Huguenotes e outros grupos desprezados. Enfatizaram o comércio justo com os nativos americanos e reformas legais de carácter humanista. Penn reformou o código legal britânico, que na altura previa a execução para cerca de 200 ofensas (incluindo o abate de uma árvore ou o roubo de coelhos) e em vez disso recomendou a pena de morte apenas para dois crimes: homicídio e traição.

As leis britânicas draconianas influenciaram outras colónias na altura da sua fundação. As primeiras execuções dos europeus nas Américas aconteceram em Jamestown, Virgínia, no início de 1600, onde o governador Sir Thomas Dale criou as leis Marcial, Moral e Divina, que previam o enforcamento daqueles que roubassem uvas, matassem galinhas ou negociassem com os índios.

Apesar de códigos legais duramente puritanos, os intelectuais nas colónias, como outros por todo o mundo, eram influenciados pelo ensaio "Crime e Castigo" de Cesare Beccaria, escrito em 1767. Beccaria criticava a tortura e defendia que o único objectivo do castigo devia ser a intimidação e não a vingança. Era a certeza, e não a severidade, que devia caracterizar o castigo. As suas ideias impressionaram Thomas Jefferson, que lutou para reformar a lei da Virgínia de modo a que o homicídio e a traição fossem os dois únicos crimes capitais. A proposta foi chumbada na legislatura por um voto.

John Jay e James Madison, dois dos redactores dos Documentos Federalistas, que apareceram pela primeira vez num jornal de Nova Iorque, também lutaram pela reforma penal. Outro combatente foi Benjamin Rush, um dos assinantes da Declaração da Independência e fundador da Sociedade Prisional da Pensilvânia. Benjamin Franklin, que foi de Boston para Filadélfia, era aliado desta causa, tal como o general William Bradford, um advogado de Filadélfia que foi mais tarde Procurador Geral dos EUA. Foi ele que forçou a Pennsylvania a transformar-se no primeiro estado a delinear graus de homicídio. Em 1794 a Pennsylvania rejeitou a

pena de morte para todas as ofensas menos para o homicídio qualificado: uma medida suficientemente apropriada para um bastião Quaker.

No século XIX surgiu uma tendência generalizada contra as execuções públicas, estabelecendo diferentes graus de homicídio e reduzindo o número de ofensas capitais. Em 1841, Tennessee e Alabama deram aos júris o poder de discricção nas sentenças dos casos de homicídio. Em 1846, a Louisiana deu esse poder para todos os crimes capitais. Mas há quem considere que estas reformas não aconteceram por razões humanitárias; pelo contrário, elas permitiram aos júris (constituídos por brancos) aplicarem duplos critérios, e dar penas capitais aos réus negros por crimes em que os brancos recebiam penas mais suaves.

A justiça do Sul e do Oeste é, em geral, mais severa; os enforcamentos públicos ainda ocorriam no Kentucky e no Missouri nos anos 30! Mas a aplicação racista da pena de morte, especialmente no Sul, juntamente como os linchamentos e as mortes misteriosas de negros na prisão, foi um facto inegável nos 140 anos após a guerra civil. Das 45 pessoas executadas por violação entre 1930 e 1969, 43 eram do Sul. Noventa por cento eram negras. Onze homens foram executados por roubo, todos negros, e 23 por assalto à mão armada (19 eram negros).

Os anos 60 e 70 viram diminuir o apoio para a pena de morte nos EUA e numerosos desafios legais. Em 1972, no caso Furman contra o estado da Georgia, o Supremo Tribunal decidiu que muitas das aplicações da pena de morte constituíam "um castigo cruel e pouco usual" que é proibido pela 8ª emenda da Constituição norte-americana.

O Supremo suprimiu algumas formas de discricção dos júris para aplicar sentenças e suspendeu muitos estatutos de pena de morte em todo o país o que, na prática, levou ao perdão de centenas de pessoas que estavam no corredor da morte. Mas a Florida foi o primeiro estado a reescrever as suas leis sobre a pena de morte para ficar conforme às novas regras e muitos estados seguiram o seu exemplo. Uma decisão do Supremo Tribunal em 1979 disse que a pena capital não era na sua essência "cruel e pouco habitual". Uma moratória de dez anos sobre o seu uso foi cancelada em 1997, quando Gary Gilmore foi morto por um esquadrão de fuzilamento no Texas. Alguns estados ainda mantêm a opção de executar prisioneiros na cadeira eléctrica, um método popular durante grande parte do século XX (embora seja considerado bárbaro por muitas pessoas fora dos EUA), mas a injeção letal é de longe a forma de execução mais utilizada actualmente. Não existe um único estado na União que tenha evitado consistentemente a pena capital. Parece ser mais comum que uns quantos homens influentes ou um movimento tenham emergido num estado durante algumas décadas e tenham influenciado as suas leis e os seus costumes. Na década de 40 do século XIX os estados onde existiam grandes movimentos contra a pena de morte eram o Massachusetts, Ohio, Nova Iorque, New Jersey, Pennsylvania e Rhode Island, com Quakers, Unitarianos e outros cristãos liberais a serem os maiores defensores da causa. Desses estados apenas Rhode Island e Massachusetts não têm pena de morte nas suas legislações actuais. Filadélfia, na Pennsylvania, foi muito falada nos anos 90 por causa de uma delegada do Ministério Público especialmente agressiva que pedia a sentença de morte sempre que possível.

O governador Mario Cuomo de Nova Iorque vetou a adopção de nova legislação sobre pena de morte todos os anos, entre 1983 e 1994, altura em que foi derrotado por George Pataki, um apoiante entusiasta da execução. Poucos políticos têm o estatuto de Cuomo e poucos desejam ser acusados de serem "brandos com o crime", que é o que acontece aos que são contra a pena de morte nos EUA. A defesa da pena capital resulta quase sempre para os candidatos do Partido Republicano. Foi utilizada por Richard Nixon nas presidenciais de 1968 e por Ronald Reagan quando este se candidatou a governador da Califórnia em 1972.

Em 1988, George Bush (pai) conduziu a campanha presidencial contra o governador Michael Dukakis do Massachusetts, criticando a sua falta de apoio à pena de morte e tentando estabelecer uma relação na cabeça dos eleitores entre ele e Willie Horton, um prisioneiro negro do Massachusetts que violou uma mulher

durante uma "licença de fim de semana". Embora não tenha sido Dukakis a criar este programa, os anúncios de televisão sobre o caso tiveram impacto. Quando Bush se candidatou à reeleição, em 1992, não podia voltar a jogar a cartada crime/raça porque Bill Clinton, um democrata do Sul, também era a favor da pena de morte. Três homens foram executados no Arkansas quando ele era governador, dois deles durante a campanha eleitoral de 1992. Para fazer generalizações regionais e colocá-las num contexto histórico, o que tem que ser sublinhado é quantos mais estados do Sul têm a pena de morte e como é maior o uso que fazem dela do que os estados do Norte, especialmente os do nordeste.

A nível nacional, o movimento para limitar ou abolir a pena capital enfraqueceu sempre que a nação se sentiu ameaçada, como aconteceu depois da revolução russa, e são sobretudo os brancos do Sul que vêem a pena capital como um instrumento de ordem e controlo. As estatísticas fornecidas pelo Centro de Informação da Pena de Morte tornam claro que a justiça do Sul ainda é a mais punitiva.

São maioritariamente os estados do Sul que agora aplicam a pena de morte a outros crimes que não o homicídio. Todos os 35 deficientes mentais que foram executados desde 1976, foram-no em estados do Sul, exceptuando um caso em Illinois em 1995. A nível nacional, os criminosos têm mais probabilidades de serem sentenciados à morte por terem morto brancos do que negros. 83 por cento dos casos de pena de morte envolvem vítimas brancas, embora a nível global apenas 50 por cento das vítimas sejam brancas. Apenas 11 brancos foram executados desde 1976 por terem assassinado negros, no entanto 161 negros foram executados por terem morto brancos, embora o crime de brancos contra negros seja mais comum do que o crime de negros contra brancos. 43 por cento dos presos no corredor da morte são negros, um número bem maior do que a percentagem da população negra. Os números oficiais mostram que em 1990 a raça influenciava a probabilidade da sentença à pena de morte.

Segundo algumas sondagens, a maioria dos americanos (70 ou 80 por cento) são a favor da pena de morte. Mesmo a maioria da população negra é a favor deste castigo. Em Maio de 2001, Timothy McVeigh, que foi condenado pelos atentados à bomba de Oklahoma City, que vitimaram 169 pessoas, vai ser executado pelo Governo Federal. É pouco provável que muitos americanos considerem isso injusto.